Docusign Envelope ID: 938A1D9F-6E7F-84CB-8198-CB10131878AF

G2L LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 29.081.265/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da G2L Logística S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil referentes ao exercício social de 2025. A receita líquida de prestação de serviços alcançou R$ 921,0 milhões em 2025. Nesse cenário, o lucro bruto foi de R$ 24,9 milhões, representando 3% no exercício. A Companhia apurou um lucro líquido de R$ 1,9 milhão em 2025. A Companhia distribuiu dividendos no montante de R$ 59,9 milhões no exercício de 2025. Em 31/12/2025, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R$ 137,3 milhões, representando um valor patrimonial de R$ 1,44 por ação. Registramos, ainda, nossos agradecimentos aos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio recebido, e aos colaboradores, pela dedicação dispensada.

Barueri, 16 de abril de 2026

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.598	2.183
Aplicações financeiras	3	35.342	67.932
Contas a receber de clientes	4	37.506	57.700
Créditos tributários	5	3.358	4.187
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		9.869	16.340
Outros ativos circulantes		4.905	3.363
		94.578	151.705
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Outros ativos não circulantes		117	45
Direito de uso de ativos	8	20.301	5.855
Imobilizado	6	95.769	105.689
Outros intangíveis	7	3.477	12.770
		119.664	124.359
TOTAL DO ATIVO		214.242	276.064

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores mercado doméstico	9	10.826	14.860
Impostos e contribuições a recolher	10	20.297	30.188
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.347	1.764
Salários a pagar		6.016	11.131
Passivos de arrendamento	8	6.568	2.518
Outros passivos circulantes		5.447	7.226
		50.501	67.687
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Passivos de arrendamento	8	15.757	4.432
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	11	419	495
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	10.298	8.248
		26.474	13.175
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital social		95.000	95.000
Reservas de lucros		42.267	100.202
		137.267	195.202
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		214.242	276.064

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	14	920.999	1.018.876
Custo dos serviços	15	(896.067)	(949.385)
LUCRO BRUTO		24.932	69.491
Despesas comerciais e administrativas	15	(22.617)	(33.436)
Outras despesas operacionais	15	(292)	(533)
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos financeiros	4	451	(702)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		2.474	34.820
Receitas financeiras	16	8.014	13.165
Despesas financeiras	16	(4.731)	(2.358)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		5.757	45.627
Corrente	17	(1.791)	4.621
Diferido	17	(2.050)	(4.419)
Imposto de renda e contribuição social		(3.841)	202
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.916	45.829
Resultado por ação (em R$) - básico e diluído	13	0,02	0,48

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido apurado na demonstração dos resultados	1.916	45.829
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	1.916	45.829

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa da atividade operacional			
Lucro líquido do exercício		1.916	45.829
Ajustes para reconciliar o resultado do fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	6 ,7 e 8	24.556	17.559
Outras despesas operacionais		-	922
Imposto de renda e contribuição social		3.841	(202)
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos financeiros		451	(702)
(Reversão) Provisão para passivos tributários e trabalhistas		(76)	1.602
Receita de juros de aplicações financeiras		(6.797)	(11.095)
Despesa de juros sobre passivos de arrendamento		5.991	2.856
Baixa de intangível	7	3.059	-
Baixa de direito de uso de ativos e passivos de arrendamento		986	-
		33.927	56.769
Variação de ativos e passivos			
Redução de contas a receber	4	19.743	17.976
Redução de contas a pagar		(4.034)	(18.667)
Outras contas da atividade operacional		3.803	(6.392)
Aplicações financeiras		(29.004)	(283.425)
Resgate de aplicações financeiras		68.391	272.330
Caixa gerado pelas atividades operacionais		92.826	38.591
Pagamento de juros de passivos de arrendamento		(1.825)	(1.102)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.097)	(3.996)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		89.904	33.493
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado e intangível	6 e 7	(3.934)	(7.829)
Adições de direito de uso de ativos	8	(19.524)	(2.856)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(23.458)	(10.685)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(59.851)	(31.350)
Pagamento de passivos de arrendamento		(5.180)	(6.154)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(65.031)	(37.504)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		1.415	(14.696)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.183	16.879
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.598	2.183

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

		Reservas de lucro				
	Capital social	Legal	Incentivos fiscais	Investimentos e capital de giro	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01/01/2024	95.000	507	-	86.877	-	182.384
Alterações no Patrimônio Líquido em 2024						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	45.829	45.829
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	45.829	45.829
Dividendos distribuídos com base em reservas de lucros	-	-	-	(19.950)	-	(19.950)
Destinações propostas em Assembleia Geral:						
Reserva legal	-	2.291	-	-	(2.291)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	33.098	(33.098)	-	-
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	30.477	(30.477)	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(13.061)	(13.061)
Saldos em 31/12/2024 (Nota 12)	95.000	2.798	33.098	64.306	-	195.202
Saldo em 01/01/2025	95.000	2.798	33.098	64.306	-	195.202
Alterações no Patrimônio Líquido em 2025						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.916	1.916
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	1.916	1.916
Destinações propostas em Assembleia Geral:						
Reserva legal	-	96	-	-	(96)	-
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	(58.031)	(1.820)	(59.851)
Saldos em 31/12/2025 (Nota 12)	95.000	2.894	33.098	6.275	-	137.267

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A G2L Logística S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Barueri, São Paulo. A Companhia surgiu através de um projeto piloto de empreendedorismo interno da Gerdau S.A., com a proposta de ser um operador logístico capaz de transformar o mercado por meio de soluções tecnológicas inteligentes. A Companhia é especializada em serviços de logística, abrangendo transporte rodoviário de cargas em âmbito municipal, intermunicipal e interestadual, operações multimodais, gestão de pátios, centros de distribuição e intralogística. Para isto, a Companhia utiliza tecnologia embarcada, processos eficientes e atendimento personalizado, para atender às demandas logísticas de seus clientes em todo o país. O compromisso da Companhia com modelos sustentáveis promove a sustentabilidade, agrega valor e maximiza a rentabilidade em suas operações. As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 16 de abril de 2026.

2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 - Base de elaboração e apresentação: As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na Nota 2.12. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2025. **2.2 - Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado a valor justo e, subsequentemente, classificado como mensurado: a) a custo amortizado ou b) a valor justo por meio do resultado ou c) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. **a) Ativos financeiros ao custo amortizado:** Ativos classificados nesta categoria são mensurados utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Ativos classificados nesta categoria são mensurados ao valor justo, sendo as variações, incluindo juros, reconhecidos diretamente no resultado. **c) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros:** A Companhia mensura as perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do ativo. Ao avaliar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo para obtê-las. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros na linha Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros na Demonstração do Resultado. **d) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.3 - Imobilizado:** A Companhia utiliza o custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. **2.4 - Outros ativos intangíveis:** São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. São compostos por desenvolvimento de *software* e estes gastos são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos da norma, em especial, a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 7). A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. **2.5 - Perda para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de perdas:** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem indicadores de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais indicadores, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment)*. A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a perda original não tivesse sido registrada. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais. **2.6 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais: a) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo e, subsequentemente, classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **b) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **2.7 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas alíquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras, podendo incluir qualquer ajuste decorrente de exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. **2.8 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **2.9 - Transações com partes relacionadas:** No período apresentado, a Companhia mantém transações com partes relacionadas exclusivamente no âmbito comercial de prestação de serviços de transporte e logística. As referidas operações são realizadas em condições usuais de mercado, observando prazos, preços e demais cláusulas contratuais formalmente pactuadas entre as partes. **2.10 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** O estatuto social prevê dividendos não inferiores a 30% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal e a constituição de reserva de incentivos fiscais; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima. A Lei Brasileira N° 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das Demonstrações Financeiras e por esse motivo não impacta o lucro líquido. **2.11 - Reconhecimento da receita de serviços:** A receita proveniente de contratos de prestação de serviços é reconhecida em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, quando a Companhia satisfaz as obrigações de desempenho assumidas com os clientes, refletindo a transferência de controle dos serviços prestados. Nos serviços de transporte, armazenagem e operações logísticas, a receita é reconhecida ao longo do tempo, conforme os serviços são executados e os benefícios são simultaneamente recebidos e consumidos pelo cliente. A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, líquida de impostos sobre vendas, abatimentos e descontos comerciais. Eventuais revisões nas estimativas de receitas, custos ou prazos de execução são reconhecidas prospectivamente no resultado do período em que se tornam conhecidas. Os principais julgamentos e premissas utilizados pela administração na aplicação dessa política estão descritos na Nota 2.12. **2.12 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente ao momento do reconhecimento da receita de serviços (Nota 2.11), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 11), passivos de tributos diferidos ativos. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. **2.13 - Operações de direito de uso e passivos de arrendamento:** A Companhia, na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A Companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. **2.14 - Resultado por ação:** As tabelas apresentadas na Nota 13 reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído. A Companhia não possui instrumentos que não tenham sido incluídos no cálculo do resultado por ação por serem antidilutivos. O cálculo do resultado por ação básico foi baseado no lucro atribuível aos acionistas e na média ponderada da quantidade de ações em circulação. O cálculo do resultado por ação diluído foi baseado no lucro atribuível aos acionistas e na média ponderada da quantidade de ações em circulação após o ajuste para os efeitos de todas as ações potenciais diluidoras. **2.15 - Fornecedores mercado doméstico:** Os saldos de fornecedores são obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante devido ao vencimento em até um ano no Balanço Patrimonial e no Fluxo de Caixa as variações são apresentadas como aumento ou redução de contas a pagar. Estes valores são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. A composição dos saldos de fornecedores é apresentada na Nota 9. **2.16 -Novos pronunciamentos:** As emissões/alterações de pronunciamentos efetuados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são efetivos para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu/revisou alguns pronunciamentos e normas, as quais tem sua adoção para o exercício de 2026 ou após. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras em decorrências destes pronunciamentos. **2.17 - Reforma tributária:** Em 16/01/2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo prevista pela Emenda Constitucional ("EC") nº 132/2023. O novo modelo está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Em 13/01/2026 foi publicada a Lei Complementar nº 227, que institui o Comitê Gestor do IBS, além de definir diretrizes relativas ao processo administrativo fiscal e distribuição da arrecadação do IBS entre os entes federativos, em nada alterando o modelo previamente definido, inclusive, mantendo-se o período de transição entre 2026 até 2032 (sendo 2026 período de teste e adaptação - sem cobrança de IBS e CBS). Mesmo com a publicação da mencionada lei complementar, ainda existem inúmeros aspectos da reforma que requerem regulamentação. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31/12/2025.

3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRA

3.1 - Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos e aplicações de liquidez imediata	3.598	2.183
Caixa e aplicações de liquidez imediata	3.598	2.183

3.2 - Aplicações financeiras

	2025	2024
Aplicações Financeiras	35.342	67.932

Aplicações financeiras incluem títulos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda futura e incluem substancialmente aplicações em fundo de investimento, cuja carteira é composta por Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), títulos públicos, letras financeiras e debêntures, dentre outros, cujos valores são utilizados para gerenciamento do caixa das atividades operacionais da Companhia e registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2025	2024
Contas a receber de clientes	37.757	58.402
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(251)	(702)
	37.506	57.700

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2025	2024
Valores a vencer	30.856	49.359
Vencidos:		
Até 30 dias	4.793	5.137
Entre 31 e 60 dias	921	2.118
Entre 61 e 90 dias	265	508
Entre 91 e 180 dias	518	668
Acima de 180 dias	404	612
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(251)	(702)
	37.506	57.700

A movimentação das perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2024	(922)
Créditos provisionados no exercício	(80)
Créditos recuperados no exercício	300
Saldo em 31/12/2024	(702)
Créditos provisionados no exercício	(694)
Créditos recuperados no exercício	1.145
Saldo em 31/12/2025	(251)

5 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A composição do saldo de tributos a recuperar é a seguinte:

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	2.387	3.217
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	594	594
Programa de Integração Social	377	377
	3.358	4.187

6 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado bruto	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Máquinas, equipamentos e outros	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos eletrônicos de dados	Total
Saldo em 01/01/2024	1.011	7.459	1.088	111.255	2.816	123.629
Adições	250	88	315	4	585	1.242
Transferências	657	74	45	1.822	49	2.647
Baixas	(68)	(139)	(277)	-	(371)	(855)
Saldo em 31/12/2024	1.850	7.481	1.171	113.081	3.080	126.663
Adições	-	401	246	-	384	1.031
Saldo em 31/12/2025	1.850	7.882	1.417	113.081	3.464	127.694

Depreciação e exaustão acumulada	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Máquinas, equipamentos e outros	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamentos eletrônicos de dados	Total
Saldo em 01/01/2024	(548)	(836)	(203)	(9.857)	(1.353)	(12.797)
Depreciação	(519)	(747)	(108)	(6.770)	(551)	(8.695)
Transferências	-	-	1	-	(1)	-
Baixas	58	29	74	-	357	518
Saldo em 31/12/2024	(1.009)	(1.554)	(236)	(16.627)	(1.548)	(20.974)
Depreciação	(257)	(707)	(83)	(9.341)	(563)	(10.951)
Saldo em 31/12/2025	(1.267)	(2.261)	(319)	(25.968)	(2.110)	(31.925)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2024	841	5.927	935	96.454	1.532	105.689
Saldo em 31/12/2025	583	5.621	1.098	87.113	1.354	95.769

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3 a 5 anos
Máquinas, equipamentos e outros	10 a 20 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Veículos	15 a 18 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	5 anos

7 - OUTROS INTANGÍVEIS

Referem-se, substancialmente, ao desenvolvimento de *software* com aplicação na gestão do negócio:

Saldo em 01/01/2024	15.025
Aquisição	3.915
Amortização	(4.818)
Baixa	(1.352)
Saldo em 31/12/2024	12.770
Aquisição	2.903
Amortização	(9.137)
Baixas	(3.059)
Saldo em 31/12/2025	3.477
Vida útil média estimada	3 anos

8 - DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

a) Síntese da movimentação de direito de uso de ativos:

Direito de uso de ativos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2024	13.392	977	-	14.369
Adições	2.856	-	-	2.856
Baixas	(86)	-	-	(86)
Remensurações	1.834	9	-	1.843
Saldo em 31/12/2024	17.996	986	-	18.982
Adições	769	-	18.755	19.524
Baixas	-	(986)	-	(986)
Remensurações	334	-	42	376
Saldo em 31/12/2025	19.099	-	18.797	37.896

Depreciação acumulada	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2024	(7.899)	(114)	-	(8.013)
Depreciação	(4.918)	(196)	-	(5.114)
Saldo em 31/12/2024	(12.817)	(310)	-	(13.127)
Depreciação	(2.345)	279	(2.402)	(4.468)
Saldo em 31/12/2025	(15.162)	(31)	(2.402)	(17.595)
Direito de uso de ativos líquido				
Saldo em 31/12/2024	5.179	676	-	5.855
Saldo em 31/12/2025	3.937	(31)	16.395	20.301

b) Passivos de arrendamento: Os montantes de desembolsos de passivos de arrendamento são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Vencimento de passivos de arrendamento	2025	2024
2025	-	3.839
2026	6.568	1.436
2027	4.308	1.419
2028	4.730	256
2029	4.569	-
2030 em diante	2.151	-
	22.325	6.950
Passivos de arrendamento		
Passivo Circulante	6.568	2.518
Passivo Não Circulante	15.757	4.432

9 - FORNECEDORES MERCADO DOMÉSTICO

	2025	2024
Fornecedores mercado doméstico - fretes	7.863	11.753
Fornecedores mercado doméstico - outros	2.963	3.107
	10.826	14.860

Em "Fornecedores mercado doméstico" a Companhia apresenta os saldos a pagar oriundos de aquisições de bens, serviços e fretes no mercado doméstico onde a Companhia opera.

10 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	17.105	24.254
Encargos sociais sobre folha de pagamento	1.675	2.298
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1.003	2.554
Imposto Sobre Serviços retido na fonte	226	191
Programa de Integração Social	36	380
Outros	252	511
	20.297	30.188

11 - PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

I) Provisões

	2025	2024
Provisões trabalhistas	419	495
	419	495

A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais e/ou administrativas de natureza trabalhista, individuais e coletivas, que envolvem verbas trabalhistas diversas e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia. A movimentação da provisão para passivos trabalhistas está demonstrada abaixo:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	495	294
(+) Adições	238	330
(+) Atualização monetária	56	30
(-) Reversão de valores provisionados	(370)	(159)
Saldo no final do exercício	419	495

II) Passivos contingentes não provisionados: Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC. **a) Contingências tributárias:** A Companhia é parte em discussões que tratam de matéria de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, de PIS e COFINS e outros, no total atualizado de R$ 19.222 (R$ 688 em 31/12/2024). **b) Contingências cíveis:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R$ 1.743 (R$ 997 em 31/12/2024). **c) Contingências trabalhistas:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza trabalhista que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R$ 7.580 (R$ 8.648 em 31/12/2024).

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - Em 31/12/2025 e 31/12/2024 estão totalmente subscritas e integralizadas 95.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, totalizando o capital social de R$ 95.000. A distribuição das ações ordinária, nominativas, sem valor nominal, corresponde a 99% para a Gerdau Next S.A. e 1% para a Gerdau Aços Longos S.A. **b) Reserva de Lucros: I) Legal** - Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. **II) Incentivos fiscais -** Pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. A reserva se refere a incentivos fiscais de natureza estadual. **III) Investimentos e capital de giro -** Reserva estatutária composta pela parcela de lucros não distribuída aos acionistas, prevista no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de investimentos e capital de giro). A reserva é criada somente após considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **c) Dividendos e juros sobre capital próprio -** Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº 9.249/95. O valor correspondente a juros sobre o capital próprio foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação deste valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado.

	2025	2024
Lucro Liquido do exercicio	1.916	45.829
Constituição de reserva legal	(96)	(2.291)
Lucro liquido ajustado	1.820	43.538
Dividendos com base no resultado do exercicio	(1.820)	(13.061)
Total dos dividendos	(1.820)	(13.061)
Lucro liquido remanescente	-	30.477
Constituição de reserva de investimentos e capital de giro	-	(30.477)

No exercício de 2025, a Companhia destinou R$ 3.800 para pagamento de juros sobre capital próprio, distribuídos por conta de lucros obtidos nos primeiros seis meses de 2025. Em decorrência dos juros sobre capital próprio terem superado o resultado apurado no exercício, a Administração proporá à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que R$ 1.820 sejam considerados como distribuídos por conta do resultado do exercício de 2025 e R$ 1.980 sejam considerados como distribuídos, utilizando o saldo de Reserva de Investimentos e Capital de Giro.

Juros sobre capital próprio e Dividendos:

Natureza	R$/ação	Ações em circulação (mil)	Crédito	Pagamento	2025	2024
Juros sobre capital próprio	0,02	95.000	28/03/25	01/04/25	1.900	2.850
Juros sobre capital próprio	0,02	95.000	27/06/25	30/06/25	1.900	2.850
Juros sobre capital próprio					-	2.850
Juros sobre capital próprio					-	2.850
Dividendos					-	1.661
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos					3.800	13.061
Crédito por ação (R$)	0,04					

Adicionalmente, em 2025 foram distribuídos dividendos com base em Reserva de Investimento e Capital de Giro no montante de R$ 56.051 (R$ 19.950 em 2024).

13 - RESULTADO POR AÇÃO

	2025 Ordinárias (Em milhares, exceto ações e dados por ação)	2024 Ordinárias (Em milhares, exceto ações e dados por ação)
Numerador		
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários	1.916	45.829
Denominador		
Média ponderada de ações	95.000.000	95.000.000
Resultado por ação (em R$) - básico e diluído	0,02	0,48

14 - RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	2025	2024
Receita bruta de serviços	1.092.305	1.212.576
Impostos incidentes sobre a receita	(171.306)	(193.700)
Receita líquida de serviços	920.999	1.018.876

15 - DESPESAS POR NATUREZA

	2025	2024
Depreciação e amortização	(24.556)	(17.559)
Salários, encargos sociais e benefícios	(92.126)	(86.982)
Custos de manutenção frota	(762.285)	(838.077)
Serviços contratados	(4.916)	(5.465)
Seguros	(8.057)	(9.153)
(Reversão) Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	451	(702)
Outras despesas operacionais	(27.036)	(26.118)
	(918.525)	(984.056)
Classificados como:		
Custos dos serviços	(896.067)	(949.385)
Despesas gerais e administrativas	(22.617)	(33.436)
Outras despesas operacionais	(292)	(533)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	451	(702)
	(918.525)	(984.056)

16 - RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Rendimento de aplicações financeiras	7.611	8.383
Juros recebidos e outras receitas financeiras	403	4.782
Total Receitas financeiras	8.014	13.165
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(4.731)	(2.358)
Total Despesas financeiras	(4.731)	(2.358)
Resultado financeiro, líquido	3.283	10.807

17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL). As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024.

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.757	45.627
Alíquotas nominais	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(1.957)	(15.513)
Ajustes dos impostos referente:		
- juros sobre o capital próprio	1.292	3.876
- subvenção de investimentos (nota 14.b.ii)	-	11.114
- outras adições e exclusões	(3.176)	725
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(3.841)	202
Corrente	(1.791)	4.621
Diferido	(2.050)	(4.419)

b) Composição e movimentação do passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Saldo em 01/01/2024	Reconhecido no resultado	Outros	Saldo em 31/12/2024
Outras diferenças temporárias	4.936	(1.372)	86	3.650
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	(14)	(668)	-	(682)
Diferença de depreciação fiscal e contábil	(8.837)	(2.379)	-	(11.216)
	(3.915)	(4.419)	86	(8.248)
Passivo não Circulante	(3.915)			(8.248)

	Saldo em 31/12/2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2025
Outras diferenças temporárias	3.650	907	4.557
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	(682)	(170)	(852)
Diferença de depreciação fiscal e contábil	(11.216)	(2.787)	(14.003)
	(8.248)	(2.050)	(10.298)
Passivo não Circulante	(8.248)		(10.298)

c) Estimativa de realização de imposto de renda e contribuição social:

	2025	2024
2025	-	(460)
2026	(7.845)	(1.841)
2027	(1.671)	(3.220)
2028	(638)	(1.671)
2029 em diante	(144)	(1.056)
	(10.298)	(8.248)

18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a estes. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Outros ativos circulantes, Outros ativos não circulantes, Fornecedores mercado doméstico e Outros passivos circulantes. As aplicações financeiras são mensuradas na categoria de ativos a valor justo por meio do resultado, sendo os demais instrumentos financeiros apresentados na categoria de custo amortizado. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes, são mensurados por técnica de avaliação que utiliza apenas dados observáveis de mercado (Nível 2). **b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: Risco de taxas de juros:** É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como CDI. **Risco de crédito:** O risco de crédito corresponde à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes da incapacidade de clientes ou contrapartes de instrumentos financeiros de cumprirem suas obrigações contratuais. Esse risco origina-se, essencialmente, das contas a receber de clientes e das operações envolvendo instrumentos financeiros. A Companhia mantém operações com partes relacionadas, sobretudo com as acionistas Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A., além de demais Companhias do Grupo Gerdau. E para o gerenciamento do risco de inadimplência destes valores, a Companhia monitora os vencimentos dos títulos a receber e avalia em conjunto com a contraparte, a adequação dos valores contabilizados como contas a receber obtendo o reconhecimento da obrigação de pagamento pela contraparte. **Risco de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Obrigações contratuais	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	2025 Total
Fornecedores mercado doméstico	10.826	-	-	10.826
Arrendamento mercantil a pagar	6.568	21.503	822	28.893
Outros passivos circulantes	5.447	-	-	5.447
	22.841	21.503	822	45.166

Obrigações contratuais	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	2024 Total
Fornecedores mercado doméstico	14.860	-	-	14.860
Arrendamento mercantil a pagar	2.518	6.694	256	9.468
Outros passivos circulantes	7.226	-	-	7.226
	24.604	6.694	256	31.554

c) Instrumentos financeiros por categoria: Os principais instrumentos financeiros da Companhia, todos classificados como custo amortizado, são demonstrados no quadro a seguir:

	2025		2024	
Ativos	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Aplicações financeiras	35.342	35.342	67.932	67.932
Contas a receber de clientes	37.506	37.506	57.700	57.700
Outros ativos circulantes	4.905	4.905	3.363	3.363
Outros ativos não circulantes	117	117	45	45
Passivos				
Fornecedores mercado doméstico	10.826	10.826	14.860	14.860
Passivos de arrendamentos	28.893	28.893	9.468	9.468
Outros passivos circulantes	5.447	5.447	7.226	7.226

19 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2025 Contratação de Serviço	2025 Prestação de serviço	2025 Contas a receber	2024 Contas a receber
Empresa controladora				
Gerdau S.A.	3.457	75.375	2.955	3.499
Outras partes relacionadas				
Gerdau Aços Longos S.A.	-	764.145	26.152	4.682
Gerdau Açominas S.A.	-	165.446	4.561	31.758
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	-	3.212	-	761

20 - SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros contratadas com o objetivo de mitigar riscos inerentes às suas operações e apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Operacional, destinada à cobertura de danos materiais e corporais causados a terceiros no curso normal das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém seguro de frota, contemplando cobertura para casco (colisão, incêndio, roubo e furto) e Responsabilidade Civil Facultativa. A Companhia entende que os limites contratados são suficientes para fazer face aos riscos assumidos na data-base das demonstrações financeiras e são inerentes a Responsabilidade Civil com terceiros, e não possui cobertura para frota própria.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
G2L Logística S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da G2L Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos atenção para a Nota 19 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de abril de 2026

pwc **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.** CRC 2SP000160/F-6

Emerson Lima de Macedo **Contador** CRC 1BA022047/O-1

DIRETORIA

Diretor Superintendente
ANDRÉ CHIAVARO MACHADO

Diretor
CARLOS ALEXANDRE RABITO

CONTADORA

JENIFFER MODESTO SILVA
CRC SP-348714/O - CPF nº 384.713.578-36

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 22/04/2026 22:22:37 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...